

XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

A implantação da ditadura militar no brasil segundo o discurso diplomático argentino (1964 - 1968).

Helder Gordim da SILVEIRA.

Cita: Helder Gordim da SILVEIRA (2009). A implantação da ditadura militar no brasil segundo o discurso diplomático argentino (1964 - 1968). *XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche.

Dirección estable: <http://www.aacademica.org/000-008/1394>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.

Para ver una copia de esta licencia, visite

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <http://www.aacademica.org>.

A implantação da ditadura militar no Brasil segundo o discurso diplomático argentino (1964 – 1968)

Helder Gordim da SILVEIRA

A presente comunicação pretende analisar as formas discursivas pelas quais a diplomacia argentina representou o golpe civil-militar de 1964 no Brasil e a implantação imediata do regime ditatorial neste país. Tal propósito é parte de um projeto de pesquisa mais amplo, no qual se pretende examinar formas específicas pelas quais o golpe no Brasil representou um *laboratório histórico* para a implantação dos regimes ditatoriais no Cone Sul, particularmente na Argentina.

Pretende-se trabalhar a partir da hipótese de que a solução do abril de 1964 no Brasil e a posterior implantação institucional do novo regime repercutiram na diplomacia do governo Illia de modo a concorrer para a (re)construção de uma *ideologia*¹ de tal solução autoritária, justificando-a e explicando-lhe as origens e implicações, no sentido de colocá-la em posição paradigmática para a Argentina e o subcontinente, considerando-se as identificações dos respectivos cenários internos frente a uma certa visão do contexto internacional, construídas a partir da mobilização de representações tradicionais do pensamento conservador em ambos os países, bem como de noções inéditas relacionadas àquelas representações e emergentes no contexto da Guerra Fria, no interior de certas leituras das Doutrinas de Segurança Nacional.

Os elementos constituintes de uma tal *ideologia* da solução autoritária, construída fundamentalmente na grande imprensa já ao longo da década anterior, associam-se às posições de poder dos variados grupos *antivarguista* e *antiperonista* no interior das Forças Armadas, no sistema político-partidário e em diversas esferas civis organizadas. Os condicionantes políticos do suicídio de Vargas e da deposição de Perón pela *Revolução Libertadora* de 1955 são emblemáticos das ações institucionais e extra-institucionais de tais grupos que, no entanto, por razões diversas, não logram obter, até os anos 1960/70 um reordenamento político estável na direção de suas projeções de médio/longo prazo.

Procura-se, assim, enfatizar como o discurso diplomático argentino, mobilizando imagens e interpretações recorrentes de um imaginário político conservador em ambos

¹ Segue-se aqui a perspectiva de John Thompson, na revisão do conceito proposta pelo autor (THOMPSON, J. *Cultura e Ideologia* Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995)

os países, possivelmente possa ser interpretado como uma das faces de uma ideologia da solução autoritária frente à crise política e institucional, que se agravava na região, pelo menos desde a década de 1950.

Em perspectiva histórica mais ampla, Brasil e Argentina representam-se mutuamente, no plano diplomático e em outras esferas políticas e intelectuais, como os países mais poderosos no cenário sul-americano e, eventualmente como pólos de uma disputa pela supremacia estratégica em tal espaço. Nessa direção, constroem-se, nos referidos círculos diplomáticos, na grande imprensa e em outras esferas de produção discursiva, representações de identificações e contrastes em ambos os países relativas a eventos ou cursos de longo prazo de suas respectivas ordens socioeconômicas e políticas internas que ganham, assim, notável potencial ideológico no que tange à inserção internacional de ambos, aí incluídas as relações bilaterais situadas no contexto hemisférico frente à construção da hegemonia norte-americana, desde, pelo menos, o princípio do século XX.²

Na conjuntura da década de 1960, particularmente nos governos Illia e Goulart, Brasil e Argentina atravessam os impasses e conflitos dramáticos condicionados pela crise dos respectivos modelos de modernização socioeconômica das eras varguista e peronista como projetos nacionais, diante do cenário hemisférico e global da Guerra Fria. Cenário no qual a Revolução Cubana atuava como um extraordinário catalisador de tensões.³

Propondo um balanço histórico de três décadas de desenvolvimento destes modelos de modernização, até meados dos anos 60, referem Boris Fausto e Fernando Devoto:

“foi um período durante o qual o Brasil consolidou um ritmo de desenvolvimento econômico com taxas mais elevadas e mais sustentadas que as argentinas, em que o Estado desempenhou um papel muito relevante. Um Estado certamente mais moderno e mais eficaz que o argentino,

² Panoramas gerais sobre a relação Brasil-Argentina podem ser vistos em SCENNA, Miguel, *Argentina-Brasil Cuatro Siglos de Rivalidad*, Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1976; BANDEIRA, Moniz, *Conflicto e Integração na América do Sul Brasil, Argentina e Estados Unidos da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003*, Rio de Janeiro: Revan, 2003; FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando, *Brasil e Argentina Um Ensaio de História Comparada*, São Paulo: Ed. 34, 2004.

³ Análises específicas da relação bilateral Brasil-Argentina no contexto podem ser vistas em CERVO, Amado Luiz, “Brasil e Argentina: Convergência de Designios e Diferença de Estilo (1945-1955)”, disp em <http://scholar.google.com.br/schhp?h/=pt-BR>, acesso em 05/09/2007; CAVLAK, Iuri, “As Relações entre Brasil e Argentina no Início da Guerra Fria”, *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, V 6, n 2, pp. 83-109, 2 sem 2006; VIZENTINI, Paulo G. F. “A Experiência Histórica do Brasil e da Argentina Contemporâneos: Autoritarismo e Desenvolvimento (1964-1985)”, disp. Em <http://scholar.google.com.br/schhp?h/=pt-BR>, acesso em 05/09/2007.

mas também mais autoritário e mais excludente. (...) Na Argentina, o desenvolvimento econômico foi menos brilhante, mais sujeito a oscilações, assim como as políticas que buscavam orientá-lo”.

E seguem:

“[na Argentina] o Estado não pôde desempenhar um papel nem eficaz nem orientador do desenvolvimento, e sua burocracia esteve sujeita às fortes mudanças impostas pela situação política, sempre muito conflituosa e instável. Em compensação, nesse período se consolidou, a despeito das desigualdades sociais e regionais, uma sociedade inclusiva e com fortes traços de modernidade. Entre esses traços estava uma alta mobilização social, que dificultava a ação de elites políticas antagônicas e, por sua vez, submetidas à pressão de diferentes grupos sociais, em meio a um crescente sentimento nacional de que o futuro da Argentina estava no passado. No Brasil, ao contrário, o futuro parecia estar no futuro.”⁴

Nessa perspectiva, de identificações e contrastes, importa aqui destacar, esquematicamente, os elementos comuns de racionalização que conferiam coesão discursiva, no Brasil e na Argentina, ao que vimos chamando ideologia da solução autoritária, na forma como geralmente estes elementos se apresentavam na grande imprensa conservadora, no princípio da década de 1960.

De um lado, o dirigente representante da ordem a ser combatida – Goulart, no caso brasileiro, ou aqueles que de algum modo reabrem ou mantêm os espaços da ordem deposta, os governos civis radicais e o peronismo, no caso argentino – têm sua imagem pública construída com base nas noções de “incompetência”, “demagogia” e “populismo”.

Incompetência fundamentalmente relativa à incapacidade para liderar o processo – sempre posto como técnico e necessário – de reformas na ordem socioeconômica no sentido de enfrentar as mazelas do subdesenvolvimento dentro dos padrões de ordem representados como *naturais* no interior de uma assim posta tradição democrática ocidental. Dessa incompetência deriva diretamente a noção de “caos” pela qual se qualifica geralmente a situação econômica do país sob os governos ditos populistas.

⁴ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando, op. Cit., pp. 392-393.

As noções de “demagogia” ou “populismo”, por seu turno, associam-se a uma representatividade fundamentalmente ilegítima e viciada, a qual, seja por opção tática, seja por ingenuidade política, abre espaço para a penetração do totalitarismo comunista, precisamente posto como a antítese daquela tradição ocidental cuja eternalização fora posta no centro do conflito ideológico da Guerra Fria.

Dado que o sistema representativo assim viciado reproduz sua própria patologia política, tem-se a necessidade da *Revolução Nacional*, a qual, em um tal contexto de emergência e excepcionalidade, atuaria no sentido de depurar o sistema em essência e implantar as reformas técnicas e necessárias na ordem socioeconômica. Assim é condicionada a preservação dos fundamentos *naturais* dessa ordem e, no plano político, da democracia ou da *constituição real*, senão necessariamente da escrita, entendida em termos jurídicos liberais clássicos e em oposição aos *totalitarismos* alienígenas, no caso presente aquele representado pela ameaça comunista.

Em fins de 1964, o Departamento América do Sul da Direção Geral de Política do Ministério das Relações Exteriores da Argentina produzia um extenso relatório no qual se expunham as linhas gerais da política de Buenos Aires no subcontinente ao longo do ano que findava. No que tocava especificamente às relações bilaterais com o Brasil, enunciava-se ali que “se han desarrollado este último año dentro de un ámbito de amplia cordialidad y comprensión”. E particularmente:

“Con posterioridad a la instalación del nuevo gobierno revolucionario, se intensificaron los contactos, los que culminaron con la visita que el Canciller argentino Dr. Zavala Ortiz realizara al Brasil en los primeros días de agosto de este año lo que contribuyó a reafirmar esta política de acercamiento e identidad de principios democráticos que presiden los actos de ambos gobiernos.”⁵

Descontadas as formalidades próprias do discurso diplomático, bem como das visitas oficiais, aquele parece refletir a real aproximação do governo de Arturo Illia – o novo ensaio de governo civil radical sob tutela militar, no cenário de impasse político e institucional no qual vive a Argentina após a *Revolução Libertadora* antiperonista de 1955 – com o Brasil do novo regime, igualmente *revolucionário* implantado em abril.

Nesse sentido, faz-se o elogio dos documentos firmados quando da visita de Ortiz, os quais “conformaban actos concretos y recomendaciones tendientes a promover

⁵ Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto. Dirección General de Política. Memo 1964/65. Cx. E71.

e intensificar el intercambio y cooperación en los aspectos comercial y cultural”. Destacando-se a Declaração Conjunta firmada em agosto, aduz-se que esta

“reafirma una perfecta solidaridad de objetivos e ideas existentes entre ambas naciones, destacando el echo de que están llamadas a participar en las soluciones de los grandes problemas que afligen a la humanidad reafirmando el principio de que Brasil y Argentina, por razones políticas, demográficas y económicas les compete una posición de vanguardia en la lucha para la erradicación de la pobreza, la ignorância y la injusticia”.⁶

Novamente à parte os elementos meramente formais de retórica diplomática, parece que ambos os governos encontravam ocasião para retomar identificações recorrentes historicamente, no que toca a posições de liderança internacional – compartilhada ou competitiva - bem como de estratégias de superação das mazelas do subdesenvolvimento, agenda esta claramente dominante no pós-guerra, presente, embora de maneiras diferentes, nos projetos nacionais concorrentes em ambos os países e mais recentemente formalizada no Encontro de Uruguaiana, entre os presidentes Frondizi e Quadros.

Neste cenário, ganha potência ideológica, entre a elite na esfera político-diplomática, sobretudo no interior do Estado, a interpretação do movimento de abril de 1964 produzida pelo então embaixador argentino no Brasil, Carlos Alberto Fernández. Propõe-se que tal interpretação constitua uma manifestação de racionalizações recorrentes acerca do mesmo tema, nos campos jornalístico e político acima aludidas, privilegiada pelas posições de poder nas quais é construída e para as quais é destinada.

O embaixador embausa toda a sua racionalização acerca do movimento de abril, compondo a imagem de um país vivendo dias de paz e tranqüilidade políticas, em contraste contundente com a avaliação do regime caído e, pode-se claramente inferir, com a situação interna de seu próprio país, vítima, então, de uma *revolução* inacabada. Diz nessa direção Fernandez:

“El año 1964 llegó a su término, com el país viviendo días de relativa tranquilidad y seguridad política. (...) En sus ocho meses iniciales, la revolución llegó a transformar en mucho la situación del país. Viendo el panorama actual, y el de enero pasado, debemos admitir que existe una fundamental diferencia. (...) El Brasil respira en cierta tranquilidad em su marcha hacia el futuro, en contraste con lo que se vislumbraba

⁶ Idem.

antes de la revolución, quando esse mismo futuro no era solamente un interrogante, sino por el contrario, una real amenaza.”⁷

Aqui estão postos os elementos essenciais da racionalização: um estado de caos cuja superação impõe e legitima a saída *revolucionária*, cujo sentido essencial repousa na tarefa de depuração para a futura restauração de uma ordem natural, nos trilhos da tradição ocidental na qual se vê o país inserido desde os fundamentos da nacionalidade.

Vejamos o embaixador compondo o quadro do caos:

“Diremos que el año [1964] comenzó muy mal para el país, con el reagravamiento del desorden existente, ya que podía fácilmente apreciarse que el gobierno Goulart perdía el control de la situación política, a la vez que las continuas crisis sociales asumían aspectos verdaderamente dramáticos. El despeñamiento inflacionario hacia el que marchaba Brasil, (...) la inexistencia de una controlada y técnica política económico-financiera, las inusitadas reivindicaciones sindicales que apremiaban al Poder Central eran (...) aspectos dominantes de esos días.”⁸

Nesse ambiente anárquico, que o discurso já põe em um passado tão recente quanto quase acabado por detrás da ruptura revolucionária de abril, situa-se a política assim vista como pseudo-reformista dos últimos tempos do regime caído:

“Partió allí, quizás como producto del atolondramiento a que fué llevado el Gobierno por todos estos problemas, una ‘carrera’ hacia una política reformista, que utilizó como bandera para la defensa de sus objetivos ideológicos, al tiempo que lanzaba sus críticas a las estructuras existentes que calificaban de arcaicas y que, en su sentir, acarreaban todos los males (...) que afligían a la nación.”⁹

O reformismo goularista fica assim posto como “bandeira” – falsa – para objetivos ditos “ideológicos”- verdadeiros e amplamente favorecidos pelo caos. A designação *ideológico*, de resto, constitui sempre uma referência direta ao comunismo, nos quadros do discurso, também quanto a isso típico. Assim, fica reproduzida no discurso do embaixador uma das faces da figura política de Goulart então composta: um

⁷ Carlos A. Fernandez a Miguel Angel Z. Ortiz. 20 de janeiro de 1965. Ministério de las Relaciones Exteriores y Culto, Fondo Arquivístico E, Cx 70, pp. 1-2. Até nova referência, as citações referem-se a este documento.

⁸ Idem, p. 2.

⁹ Idem, pp. 2-3.

certo maquiavelismo posto em ações e discursos conscientes de sua condição de meio para atingir fins de natureza diversa em relação à sua aparência assim dissimuladora.

Entretanto, o que é também recorrente, cola-se a essa face da imagem de Goulart, uma outra, aparentemente em contradição com a primeira: a do líder político simplesmente incapaz de agir segundo o sentido dessa liderança, sendo assim vitimado, por essa própria incapacidade geradora de ingenuidade, pela ação de terceiros, mal postos em condição de aliados, estes sim agentes conscientes dos verdadeiros fins do suposto reformismo - os *comunistas* de variadas estirpes. Nesse sentido diz o embaixador: “la incapacidad política del gobierno (...) y la desconfianza que sus líderes y sus métodos inspiraban (...), hacían la situación más grave a cada día”. E ainda:

“las reformas que no se concretaban y ni siquiera pasaban la fase del estudio preliminar, servían al solo objeto de aparentar la dinámica de un gobierno que no sabía concretar, en la realidad, sus objetivos de buena administración de la cosa pública.”¹⁰

Entre esses extremos contraditórios do maquiavelismo e da incompetência mobilizava-se ainda para a composição múltipla da imagem de Goulart e seu (des)governo a tradição da idéia de demagogia. Nessa direção refere Fernandez: “puede decirse que la demagogia se instaló directamente en la Presidencia de la República, y que a su nombre se gestaron impactos profundos para subvertir el orden público”.¹¹

Seja por maquiavelismo, por incompetência, ingenuidade ou demagogia a que se poderia agregar o qualificativo *populista*, o sentido *real* do processo político tal como este se apresentava no princípio de 1964 era um só:

“los pasos del gobierno Goulart fueron (...) dirigidos hacia una evidente izquierdización que, si no revestía el carácter directamente comunista, favorecía ampliamente la acción de los líderes de tal ideología, interesados en aumentar el caos y favorecer el desorden como elementos propicios a la implantación posterior de su régimen”.¹²

Esse sentido último das tendências do cenário político retratado, criava, nas palavras do embaixador, “un verdadero ambiente revolucionário”. Põe-se aqui o aparente duplo sentido da idéia de Revolução, mobilizada na construção dos fundamentos simbólicos legitimadores/mobilizadores da solução de abril e suas

¹⁰ Idem, pp. 3-4.

¹¹ Idem, p. 4.

¹² Idem, p. 3.

congêneres no Cone Sul, conforme se tenta inferir aqui nos indícios apontados pelo discurso do diplomata argentino. Tal duplo sentido é a base da racionalização recorrente segundo a qual a Revolução de abril, “en que se reencontró el país”, emerge de uma Contra-Revolução. Vale dizer, a Revolução na qual o país é *reencontrado* surge de um movimento - nacional e consciente - contrário à *outra* Revolução, cuja possível vitória representaria sua perda. Diz a respeito o embaixador:

“la estructura que podríamos llamar contra-revolucionaria, opuesta totalmente a los planes del Gobierno, hacía mucho tiempo que preparava su acción. Aunque siempre listas para reaccionar ante el menor intento de un golpe oficial, por parte de los ideólogos que estaban encaramados en el poder, estas fuerzas nunca se sintieron lo suficientemente aptas para reaccionar abiertamente, ya sea por falta de confianza en su poderío, o quizás (...) por el temor de dar un paso en falso que pudiera privarles del poder de reacción en masa”.¹³

Entretanto, este movimento nacional reativo em sua essência iria encontrar fundamentos para transitar da reação à ação, numa transformação qualitativa essencial. Nas palavras do embaixador, criaram-se circunstâncias para “operarse la transformación de la contra-revolución, hacia la real revolución que surgió el 31 de marzo”. Vale dizer, o 31 de março, no interior da racionalização assim posta, supera a condição de mera reação na qual se origina para constituir-se em um movimento de ruptura radical, constituinte de uma nova ordem, embora restauradora e depuradora em seu significado político essencial, em uma operacionalização de noções fundantes da tradição liberal. Daí a legitimidade para que se rompesse, para restaurá-la em novos termos, “la firme convicción de respeto hacia el primado de legalidad, que trasciende de todos los sectores de la vida nacional brasileña”.

Tal passagem da reação à ação revolucionária deu-se “solamente al (...) herirse profundamente las herarquías militares, ya sea por acción deliberada o ineptud oficial”, quando “las mentes dirigentes del movimiento se decidieron a pasar de una etapa a la otra, la definitiva, que desembocó en la directa salida revolucionaria”.¹⁴

Em que pese haver sido deflagrada a partir de interesses mais diretamente ligados à esfera hierárquica das Forças Armadas – o embaixador confere importância crucial, nesse sentido, para os episódios do Clube Naval e do Automóvel Clube- , a Revolução sustentava-se por seu caráter inequivocamente nacional e por seus propósitos

¹³ Idem, p.5.

¹⁴ Idem, p. 5.

essenciais, em última análise francamente civilistas. Assim:

“la revolución antigoularista fué realizada sin disparar prácticamente um solo tiro, con las organizaciones sindicales y estudiantiles disgregadas por falta de reales liderazgos (...), mientras que el esquema militar revolucionário recibía inúmeras adhesiones en todo el território nacional. De esta forma fué relativamente fácil concretar la toma del Poder y el reestablecimiento del orden en todo el país, com maniobras de tipo militar que deben ser consideradas de mero valor psicológico”.¹⁵

Assim, “ante la vocación civilista y democrática de los militares, la acción organizada de grupos políticos intentaron desvanecer la verdadera finalidad del movimiento”. Entretanto, “prevaleció la tesis de los que defendían la existência real del movimiento, como un principio revolucionário”.

Veja-se nessa direção a análise do embaixador argentino sobre o marco jurídico fundador da revolução nacional brasileira:

“con el Acto Institucional, la Junta Militar se reveló ante el consenso popular. A través del mismo se armaron los quadros en los cuales se afirmó la revolución, y por su intermedio se mantuvo y revigorizó al Congreso Nacional. Ello demostró, una vez más, el sentido civilista de los militares brasileños”.

Ficava assim demarcado com bases firmes no terreno da reordenação jurídica o limite que apartava o movimento de 31 de março da condição de mera ditadura de tipo militar. Refere ainda Fernandez a seu Ministro de Exteriores:

“Contando con todas las posibilidades de elegir el camino fácil y seguro de armar una dictadura, las autoridades prefirieron buscar el apoyo de juristas y políticos de formación y relevantes condiciones democráticas para encontrar la fórmula ‘intermedia’ que les posibilite la promulgación de un elemento legal y revolucionário que permitiese al Poder Ejecutivo contar con algunos dispositivos de fuerza para facilitar sus primeros pasos políticos”.¹⁶

É assim que não constitui nenhum tipo de contradição no interior do quadro discursivo a assertiva, de notável robustez ideológica na qual se articulam de modo coerente e ancorado na tradição doutrinária de corte liberal, menções de punição, afastamento, revolução e democracia, segundo a qual “es con la elección indirecta del

¹⁵ Idem, p. 6.

¹⁶ Idem, p. 7.

nuevo Presidente de la República, y el alejamiento de innumerables políticos y militares que integraron las primeras listas de punidos por la revolución, que se inicia el proceso revolucionario de redemocratización brasileña”.

A eleição de Castelo Branco, posta como “encabezada por el grupo de Gobernadores que se había integrado en el movimiento” e contando con “el apoyo decidido de los militares”, é vista pelo embaixador como garantia segura de preservação do elo civil-militar de raiz democrática posto na base do movimento de 31 de março. É assim que afirmaria o diplomata a Buenos Aires:

“desde um comienzo, fué evidente el deseo del Presidente Castelo Branco de caracterizar su Gobierno en un amplio sentido civilista. Dejando de lado su posición militar, de la que se alejó oficialmente, aún antes de iniciar su tarea gubernativa, procuro dejar bien aclarado que no recorrería el ya conocido camino del caudillismo, camino al cual encontraba abiertas muchas brechas políticas”.¹⁷

A figura pessoal e política bem como os fatos assim constituídos novamente reforçavam a diferença essencial do movimento em relação aos caminhos do *caudilhismo*, de significação potente, para muitos sentidos, no cenário latino-americano.

A integridade do painel discursivo deveria, entretanto, enfrentar a questão posta, nas palavras do embaixador, pela “lucha tenaz y sostenida de los grupos que pretendían instaurar rápidamente el ‘imperio de la revolución’”.¹⁸ Tal integridade será perfeitamente sustentada pela estratégia de posicionar as ações da chamada *linha dura* revolucionária no interior das noções complementares de excesso e exceção, de todo modo controlados pela ação política, punitiva ou negociadora, do governo revolucionário de Castelo Branco. Refere o embaixador a respeito desta ação do governo Castelo em relação à linha dura:

“la maniobra táctica fué ejecutada en secuencias limitadas y por etapas, y con ello se logró encuadrar en el proceso gubernativo a los principales jefes militares del movimiento revolucionario. Los que no quisieron o no supieron adaptarse a esa tónica impuesta por Castelo Branco, debieron conformarse con el alejamiento de sus cargos o aceptar traslados (...) que les desvincularon prontamente del panorama que tenían ante sí”.¹⁹

¹⁷ Idem, p. 8.

¹⁸ Idem, p. 9.

¹⁹ Idem, pp. 9-10.

Assim, o governo revolucionário “comenzó la tarea de poner en su lugar los excesos cometidos por aquellos militares que, validos de los poderes extra-legales, habíanse apartado de la verdadera justicia”. Todavía, essas diferenças quanto a ritmos e métodos no interior dos quadros revolucionários jamais tocavam uma diferença essencial de propósitos finais ou que diziam da própria natureza da revolução. Assim, poderia o embaixador considerar de forma sempre coerente que “la ‘línea dura’ revolucionaria no perdió su cohesión, ni mucho menos desapareció – como muchos creyeron”. E complementava: “ante [várias] acciones que evidenciaban el grado de decisión y unidad de los círculos afectos a tal línea política, el Gobierno no exhibió ni demostró su pesar, por el contrario, en ciertas medidas apoyó decididamente las ‘sugestiones’ que desafiaban abiertamente todos los principios legales vigentes”.²⁰

Longe de representar debilidade do governo revolucionário, tal fato compunha uma advertência política:

“esto es ampliamente demostrativo de que no existe un divorcio político-militar entre el gobierno revolucionario y la llamada ‘línea dura’, tal como pretenden ver algunos espíritus interesados en pasar rapidamente a la legalidad político-electoral para lucrar con la débil madurez que hasta allí pueda alcanzar la revolución y sus métodos depurativos y esclarecedores”.²¹

Compõem-se assim a coesão ideológica do quadro discursivo com o apelo à natureza depuradora da revolução nacional sobreposta à legalidade formal, sempre passível de instrumentalização demagógica. Nessa mesma estratégia essencial o discurso enquadra igualmente os excessos policiais do novo regime que vinham a público:

“esos aspectos ‘dudosos’ de la actividad oficialista, tienden en general hacia una acción intimidatoria del tipo físico-cultural, que hasta hoy, han sido anulados em su gran parte por la acción del Presidente de la República, apoyado por altos Jefes Militares que secundan abiertamente su tarea. Esas excepciones no reflejan ni comprometen en líneas generales, el ambiente em que se desenvuelven las actividades políticas, ambiente diríamos, diametralmente opuesto al que existia a fines de 1963 y a comienzos de 1964”.²²

Assim se enfeixa a representação dada ao Ministério de Exteriores argentino,

²⁰ Idem, p. 10.

²¹ Idem, pp. 10-11.

²² Idem, p. 12.

da revolução de 31 de março, consolidada como projeto nacional brasileiro. Nas palavras do embaixador:

“si hacemos una exploración da la verdadera opinión pública encunto a la situación, encontraremos que la gran mayoría del pueblo siente y aprueba que el gobierno Castelo Branco viene actuando com elevada decencia y honestidad para encaminar al país hacia la gran solución nacional, no solamente en el sentido político, sino también en el social y cultural, y en lo econômico”.²³

Ocioso recordar o paralelo das situações nacionais – notadamente aquela entre goularismo e peronismo - e as condições do contexto regional e hemisférico, como o não-dito do discurso, para perceber a potencialidade ideológica do panorama sóciopolítico brasileiro assim composto pelo discurso diplomático argentino.

Sempre acompanhando de perto a evolução política da Revolução brasileira e identificando sempre duas tendências no interior do movimento – aquela liderada pelo presidente, supostamente moderada, e a chamada *linha dura* -, a embaixada argentina, através de Carlos Alberto Fernandez, centra as análises políticas do segundo ano da Revolução, por um lado, no processo de cassações e intervenções nos estados, com destaque para o caso de Goiás, e para as ações políticas de potenciais candidatos às eleições presidenciais, então previstas para 1966, como Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, e, por outro, nas eleições para governador em onze estados da federação, marcadas para 3 de outubro, vistas como um teste eleitoral para o movimento de 1964, tendo em vista os seus propósitos essenciais e, mais imediatamente, o que se previa então para 1966.

Conhecidos os resultados do pleito, o embaixador assevera:

“a pesar de toda la fuerza y énfasis puesta de manifiesto por el Gobierno revolucionário para señalar ante la opinión pública que la revolución no estaba siendo juzgada, la campaña electoral evidenció lo contrario de esta afirmación”.²⁴

E concluía: “los candidatos de las posiciones opositoristas (...) se identificaron decididamente con la bandera anti-revolucionaria o por lo menos con las aspiraciones revanchistas de algunos sectores políticos alejados de las áreas del poder”.

²³ Idem, p. 11.

²⁴ Of de Carlos Alberto Fernandez a Miguel Angel Zavala Ortiz, 14 de outubro de 1965. Ministério de las Relaciones Exteriores y Culto. Memos 1964/1965. Fundo Arquivístico E, Cx 71. Até nova referência, as citações referem-se a este documento

Os resultados das eleições de 3 de outubro, principalmente em estados da importância da Guanabara, de Minas Gerais e Goiás, selavam a sorte das eleições diretas de 1966, pois, na visão do embaixador, mesmo antes de tais resultados negativos,

“los observadores militares del gobierno revolucionario habían recogido suficiente información como para configurar un cuadro definitivo respecto de las posibilidades electorales que existen para la confrontación convocada para la sucesión presidencial (...). Ello les llevó a la conclusión de que el país no cuenta con suficientes garantías ni posibilidades que le permitan aguantar el impacto de unas elecciones presidenciales, dentro de los términos democráticos normales”.²⁵

A crise, assim posta, conduzia o *processo revolucionário* brasileiro a uma encruzilhada. Nas palavras do embaixador argentino:

“esta crisis (...) tiene que optar (sic) por buscar una solución sin violencias y que le permita, a la Revolución, su reencuentro para el tramo político final, o será canalizada hacia drásticas medidas que pueden llevar a la concreción de una nueva revolución dentro de los planteos y principios de la actual”.

E prossegue:

“de sucederse la primera de estas soluciones, el país seguirá acortando distancias hacia la salida deseada, aunque apartándose cada vez más de los moldes democráticos que quiere imprimirle, de serlo la segunda de ellas, romperá definitivamente con su máscara legalista con la cual se cubre desde el inicio de su gestión, para entrar en el camino de las realizaciones políticas netamente revolucionarias, que no han de hesitar ante inconvenientes o planteos de tipo político partidario, llevando adelante los esquemas y realizaciones que determinó e impulsó el movimiento del 64”.

Para além do acerto na projeção de um futuro próximo nos rumos políticos do movimento de 1964, é de se acentuar na análise da embaixada Argentina os elementos essenciais da racionalização acerca daquele movimento, que vimos aqui apontando em sua potencialidade ideológica.

Em primeiro lugar, a noção de Revolução incorporada no discurso e que lhe

serve sempre como pano de fundo na construção do sentido para o 1964: uma ação-processo político detentor do poder constituinte e *instituinte* originário e que assim se auto-legitima, no interior de uma apropriação da tradição ocidental, conveniente para o contexto interno e externo, no sentido de estabelecer uma diferença de fundo em relação a opções autoritárias, presentes e ameaçadoras, com desígnios completamente estranhos àquela tradição, conforme discutido acima.

Desse modo se põe, na visão aqui examinada, a relação – tensa – entre a Revolução, ocidental/democrática, como processo que se aprofunda necessariamente em seus propósitos essenciais (“nueva revolución dentro de los planteos e principios de la actual...”), e a constituição formal, ao menos parcialmente vigente, com suas decorrências políticas e jurídicas - de resto viciadas pela *demagogia*, a *incompetência*, a *corrupção* ou mesmo a *ingenuidade* política do regime e das lideranças *populistas* - a ser preservada, ou não, no decorrer, posto como inexorável, daquele processo.

Essencial igualmente na tessitura do discurso é a identificação tácita daqueles propósitos revolucionários essenciais com os interesses históricos, ou de fundo, do País. Não necessariamente com maiorias expressas em processos eleitorais ainda viciados (“el país no cuenta con suficientes garantías”; “el país seguirá acortando distancias” etc.). É assim que a Revolução enfrentaria a referida alternativa de preservar ou não os “moldes democráticos”, os “términos democraticos normales” ou mesmo uma “máscara legalista”, na consecução de suas metas fundamentais. Nessa perspectiva põe-se precisamente o conflito interno – a ser de todo modo superado – entre o presidente Castelo Branco, na liderança dos ditos *moderados*, e a chamada *linha dura* - com a concordância entre as correntes *revolucionárias* quanto aos propósitos finais do processo sempre marcando os rumos da Revolução, na visão que Carlos Alberto Fernandez constrói para sua chancelaria.

Talvez nesse sentido deva-se enxergar a visão conservadora segundo a qual o golpe de 1966 na Argentina e o regime do *Onganiato*, que se punha no horizonte imediato do governo Illia, tenham falhado em seus propósitos *revolucionários* precisamente por não terem levado às últimas conseqüências um *necessário* processo de “*brasileirização*” do movimento.

